

Epistemologia e novo habitus¹: o caso como conhecimento social e individual²

Jairo Ferreira³

Resumo:

Neste artigo, retomamos uma reflexão que desenvolvemos há alguns anos (Ferreira, 2004) sobre as relações entre epistemologia e política no campo da comunicação. Esta formulação avança no sentido de compreender o *habitus* epistemológico como uma construção social e individual diferenciadora em relação às lógicas do mercado e às ideologias dos ofícios midiáticos. O método é sugerido aqui como o lugar mediador de deslocamentos de interpretações marcadas pelas estratégias para análises epistemológicas.

Palavras chave: epistemologia, sociologia, comunicação, método.

Abstract:

In this article we retake a reflection developed years ago (Ferreira, 2004) on the relations between epistemology and politics in the field of communication. This formulation advances towards the comprehension of the epistemological habitus as a social and individual construction that makes the difference related to the market logics and to the ideologies of the mediatic makings. The method is suggested here as the mediator place of the dislocations of interpretations marked by the strategies for epistemological analysis.

Key-words: epistemology, sociology, communication, method.

¹ Essas reflexões se desenvolvem no âmbito do projeto intitulado CRÍTICA EPISTEMOLÓGICA - Análise de investigações em curso, com base em critérios epistemológicos, para desenvolvimentos reflexivos e praxiológicos na pesquisa em Comunicação. CAPES/PROCAD, 2007. 'Inserem-se também no âmbito do projeto Matrizes epistemológicas do campo da comunicação nas investigações sobre a midiatização (CNPq/Unisinos). Bolsistas de IC: Carine Ferreira (FAPERGS); Vanessa Oliveira (Unibic); Josiane Maquieira (Unibic).

² Aqui, atualizo os conceitos apresentados no artigo para o seminário de tópicos especiais do PPGCOM-Unisinos, linha de pesquisa Midiatização e Processos Sociais, em 2009/1. Está em diálogo com algumas discussões de área (Compós, Procad, Prosul e no próprio seminário) e com a minha formação pós-doutoral, na UNR-Argentina. Agradeço em particular às contribuições do prof. Luis Baggolini por suas contribuições relacionadas ao pensamento de Peirce, no decorrer do seminário Epistemología de las Ciencias del Lenguaje, e a professora Natália Raimondo Anselmino pela interlocução esclarecedora sobre tópicos abordados nesse seminário.

³ PPGCOM – Unisinos. jferreira@unisinos.br

1. Introdução: ainda sobre o campo epistemológico

A diferenciação entre questões políticas e epistemológicas num determinado campo acadêmico é a que permite delinear com clareza a problemática do conhecimento social em construção. Essa diferenciação (Ferreira, 2004) foi criticada em diversos fóruns em que participamos. Por um lado, os “epistemólogos puros” fazendo a crítica de que se trataria de uma sociologia do conhecimento travestida de epistemologia; de outro, a crítica dos que entendem a separação entre a epistemologia e a política (as estratégias de acumulação de capitais) como um equívoco teórico na apropriação do conceito de campo acadêmico e científico. Nossa resposta estava na própria proposição que, cinco anos após sua primeira versão, consideramos ainda uma perspectiva produtiva para a leitura, análise e crítica epistemológica à produção de conhecimento na área:

A epistemologia não resulta de processo “puro”. A epistemologia emerge numa dialética de constituição em que os aspectos funcionais (dos procedimentos que encaminham as pesquisas do campo, a ação inclusive estratégica de acumulação de capitais culturais – prêmios, reconhecimentos por outros campos científicos, expressão na esfera midiática -, de eliminação de adversários e promoção dos afetos etc.), referenciais (competência em dar conta dos objetos a se que propõe analisar, de analisar o próprio campo como reflexão sobre o próprio fazer social etc.), simbólicos (ou como lugar de compartilhamento subjetivo no olhar de seus agentes sobre o mundo e sobre si mesmo) atravessam sua constituição lógica e formal. Esse entrelaçamento, em que estratégia, objetividade, subjetividade iluminam-se mutuamente sem confundir-se, sem traduzir-se, funda, através da inteligência coletiva – em nossa formulação –, uma epistemologia concreta e discursiva que ultrapassa as soluções jurídicas para a demarcação de territórios do conhecimento e/ou a busca de uma filosofia fundante. Através de um esforço reflexivo, é possível identificar esse lugar específico para as construções epistemológicas do campo acadêmico da comunicação (FERREIRA, 2004, p.2).

Mais adiante, no mesmo texto, afirmávamos que é fundamental evitar o equívoco que transforma as lutas, conflitos e estratégias identificáveis no campo, em ações meramente políticas. Essa redução das disputas ao político, não admite, nem aceita e nem dialoga com a singularidade das questões epistemológicas que atravessam e fundam os conflitos mais ou menos conhecidos no campo acadêmico da comunicação (FERREIRA, 2004).

Esta proposta de investigação – de que é possível “ver” as questões epistemológicas no campo que analisamos – se concentra não nas condições de existência (capitais

próprios e específicos), nem nas estratégias (incluindo os habitus e a reprodução), mas na análise das estruturas formais de interpretação e os observáveis, que sugeríamos, na época, constituídos a partir de três dimensões:

A problemática do objeto do campo acadêmico da comunicação (incluem-se, aqui, os observáveis); a construção de estruturas explicativas diversas e relação entre as interpretações, incluindo os conflitos, negociação e consensos; a integração e hegemonia no âmbito do diverso, as tentativas de unificação teórica (incluindo a construção de paradigmas), numa processualidade temporal, que permitam falar-se de um campo de conhecimento (o que remete a gênese do campo como espaço singular de produção acadêmica) (FERREIRA, 2003, p. 6).

Entretanto, as várias tentativas de encaminhar metodologicamente essa proposta foram pouco produtivas. Somente em 2008-2009⁴, conseguimos retomar o conceito de forma operativa para a investigação das investigações em curso, o que resultou inclusive nos projetos a que se vincula este artigo. Não se trata de negar a proposição anterior, mas de desconstruí-la, para deslocá-la para um lugar que tem permitido um encaminhamento metodológico para leitura, análise e interpretação das investigações em curso na área da comunicação.

1.1 Sujeito e objeto?

A herança adotada no artigo da Compós-2004, referido acima, é o estruturalismo genético. Os autores que agrupamos nesse campo (Bourdieu, Piaget) desenvolvem uma crítica ao estruturalismo quando este paradigma, por um lado, pensou estruturas sem sujeito, e, por outro, à margem das interações. Porém, essas perspectivas epistemológicas – de Bourdieu, Piaget, e outros - contêm uma filosofia que deve ser problematizada: a de que conhecimento implica numa posição de sujeito, de objeto e de interações. Ou seja, nossa perspectiva de inserção neste jogo conceitual se coloca na tensão com nossa opção pela teoria estruturalista genética dos campos. Nessa, o problema do sujeito é reintroduzido na herança estruturalista através do conceito de agente. Adotamos isso, mas, ao mesmo tempo, optamos por uma investigação na qual se deve questionar esse pressuposto, para viabilizar uma investigação sobre o próprio valor do conceito de sujeito e de objeto, como deve ocorrer numa pesquisa de corte epistemológico.

⁴ Para isso, foram fundamentais nossa participação em eventos do projeto Procad, que coordenamos juntamente com os professores Francisco Pimenta e Luiz Signates, e na Compós 2008, 2009.

Isto é, hoje entendemos que a problemática do objeto, do sujeito e das interações do campo acadêmico da comunicação deve ser explicitada, questionada e problematizada, quando se trata de uma investigação epistemológica. Sua complexidade envolve desde a discussão do objeto empírico até o objeto teórico, em tensão ou não com uma concepção de sujeito, o que implica, necessariamente, no debate com as correntes teóricas que afirmam a inexistência do sujeito e do objeto de conhecimento “nos tempos de comunicação e discurso midiático”, onde inclusive as interações são apenas lugares de passagem (ou de circulação).

Por isso, separamos formalmente a discussão sujeito e objeto da discussão método e metodologia, disciplina e campo. Sugere-se então que a reflexão sujeito e objeto seja um ponto de chegada, reflexivo, mas não ponto de partida, partidário. Isso é, não se declara nem a validade, nem a invalidade, mas a própria relação sujeito-objeto enquanto problema de investigação.

Essa relatividade sobre o valor epistemológico do conceito de sujeito e objeto, e da relação entre ambos, torna-se mais coerente, também, com a perspectiva do método enquanto argumentação. Nessa perspectiva, em que optamos dialogar com a herança peirceana, o objeto integra a tríade de partida (meio, objeto e interpretante), e se revela na dimensão indicial, icônica e simbólica, lugares passíveis de uma análise através de interpretantes (argumentos dedutivos, indutivos e abduativos). Como ficariam, nessa perspectiva, as abordagens de agente (Bourdieu) e sujeito (Piaget)? Para Peirce, as abordagens psico-sócio-antropológicas são improdutivas para a análise da produção de conhecimento, propondo como alternativa a lógica e a semiótica. Essa tensão vai ter o seu ponto de sensibilidade máxima, em nossas análises teóricas, nos conceitos de habitus (Bourdieu) verso hábito (Peirce), e de julgamento perceptivo (um lugar que, em Bourdieu, pode estar vinculado à distinção e reprodução), e, ao de abdução (em Peirce, base central do conhecimento científico), de objeto para o racionalismo aplicado, e de objeto como parte de uma tríade (objeto, meio e interpretante).

Com essa nova formulação ficamos em paz: enfim, essa problemática indica que questionamos os nossos próprios pressupostos teóricos, ao contrário do que é ‘normal’

em pesquisa, onde se afirmar pressupostos, de forma axiomática, em torno de conceitos e categorias que, em uma pesquisa epistemológica, não podem nem devem ser inquestionáveis.

1.2. O que se observa, a interpretação e os casos

Outra dimensão é sobre os observáveis num determinado campo epistemológico. Ou seja, duvidando do valor heurístico dos conceitos de sujeito e objeto, sem negá-los, nem afirmá-los como axiomas, adotamos, porque compartilhado entre os autores mobilizados, e na perspectiva da investigação experimental, a premissa de que os observáveis se constituem em materialidades sensíveis, em objetos em movimento no processo de análise. Os observáveis são resultados, uma das três dimensões para pensar uma ciência experimental, conforme nossa perspectiva de que todo o argumento implica em articulações diversas entre três proposições (regras, casos e resultados. Ver adiante, neste artigo, sobre o método).

Resultados aqui têm um valor mais complexo do que no racionalismo aplicado, que Bourdieu integra e problematiza em sua teoria dos campos (o racionalismo critica, radicalmente, o empirismo) e, também, relativamente ao empirismo (na medida em que o sensível está integrado à tríade junto com o meio e seus interpretantes, num conjunto de relações complexas, onde se insere o método de construir o que se observa).

Em nossa perspectiva, os observáveis são indissociáveis das dimensões psico-antropológicas, e, portanto, remetem a qualquer concepção de inconsciente social e individual subjacente aos observáveis. Na teoria dos campos, esse inconsciente, analisado em termos de habitus, pode se constituir inclusive em obstáculo epistemológico (e aqui Bourdieu vai discutir todos os ismos e doxas que se interpõem na construção social do conhecimento), gerando toda a crítica ao empirismo, à ideologias e interesses nas investigações.

Em relação à construção de estruturas explicativas diversas ocorre a mesma tensão entre a perspectiva psico-socio-antropológica e a perspectiva lógica. A teoria dos campos será sensivelmente crítica em relação às estruturas explicativas que reificam o

senso comum, os ismos e as doxas. As fontes ideológicas desses obstáculos estão no mercado, no jornalismo e no poder. Ou seja, nessa perspectiva a semiose social não produz apenas jogos diversos entre os campos (jogos discursivos do jornalismo, do poder, do mercado), relativos entre eles, mas também condicionamentos efetivos para a realização autônoma dos discursos científicos contemporâneos.

Mantemos, portanto, essas duas dimensões – os observáveis e as estruturas interpretativas – herdadas do estruturalismo genético, para análise dos campos. Porém, agregamos a elas questionamentos situados na tensão com a perspectiva triádica. Ou seja, as duas, em si, são insuficientes para pensarmos os argumentos. A questão da construção social do conhecimento não se esgota no que se observa nem como se interpreta (que podem, ambas, estar socialmente condicionadas), mas como ambas as dimensões são tensionadas para novas observações e interpretações. Essas tensões, em nossa formulação, são as hipóteses e questões de investigação, condensadas no conceito de abdução, ou, na construção de um caso de pesquisa. Nesse sentido, o elemento dinâmico do estudo de um campo sejam os normalizados, ou não, é a construção de casos de investigação, e isso, no método, remete ao lugar da abdução.

2. O habitus e o método

A partir das formulações acima, acreditamos que o método passa a ocupar um lugar central a partir do qual podemos pensar o campo epistemológico da comunicação. Mas o método, em si, não oferece uma configuração do campo. O método permite pensar as disposições individuais, as quais, configuradas enquanto relações, revelam constelações do campo que estamos construindo ou não. Nesse sentido, é necessário retomar outra dimensão abordada no artigo de 2004, ou seja: a integração e hegemonia no âmbito do diverso, as tentativas de unificação teórica (incluindo a construção de paradigmas), numa processualidade temporal, que permitam falar-se de um campo de conhecimento (o que remete a gênese do campo como espaço singular de produção acadêmica). É claro que deve se estudar aqui não as tentativas de unificação política (como vem sendo tentado na área via diversos níveis de batalhas: configuração dos cursos de graduação, sociedades científicas genéricas e específicas, entre outros processos de configuração política da área).

Essa dimensão é, simultaneamente, psico-socio-antropológica e epistemológica. Na teoria dos campos, ela se refere tanto às disposições relativas, mas também individuais, condensadas no conceito de habitus. Na perspectiva epistemológica, se refere ao conhecimento enquanto cooperação e troca social. É nessa esfera que se expressa a tensão básica das ciências sociais em sociedades capitalistas complexas:

Segue-se que no campo das ciências sociais, como no campo literário, onde se defrontam o "puro" e o "comercial", os produtores podem se referir a um ou a outro dos dois princípios de hierarquização e legitimação opostos — o princípio científico e o princípio político — que se opõem sem conseguir impor uma dominação completa. É preciso, pois, interrogar-se sobre os obstáculos sociais — nunca completamente ausentes, mesmo nos campos científicos mais autônomos — que se opõem à instauração do *nomos* científico como critério exclusivo de avaliação de práticas e de produtos. A raiz comum de todos esses obstáculos à autonomia científica e à completa dominação do princípio científico de avaliação ou de hierarquização é o conjunto de fatores capazes de impedir o jogo da livre concorrência científica entre pares, isto é, entre os detentores do domínio mínimo das aquisições coletivas da ciência social, o qual é a condição de entrada nos debates propriamente científicos; ou seja, é o conjunto de fatores capazes de favorecer a entrada no jogo, seja como jogadores, seja como árbitros (através, por exemplo, de um certo tipo de crítica jornalística), de intrusos desprovidos desta competência e inclinados a introduzir normas de produção e de avaliação extrínsecas, como as do senso comum ou do "bom senso". Os conflitos que ocorrem nas ciências sociais (e que são invocados, por vezes, para lhes recusar o estatuto de ciências) podem assim pertencer a duas categorias completamente diferentes. Na primeira, a dos conflitos propriamente científicos, aqueles que se apropriam das aquisições coletivas de sua ciência se opõem entre si, segundo a lógica constitutiva da problemática e da metodologia diretamente decorrentes dessa sua herança, a qual os une até nas suas lutas para conservá-la ou ultrapassá-la (eles nunca são tão fiéis à herança quando nas rupturas cumulativas com essa mesma herança, rupturas cuja possibilidade e necessidade estão inscritas nela própria); eles se confrontam numa discussão regulada, operando, a propósito de problemáticas rigorosamente explicitadas, conceitos claramente recortados e métodos de verificação inequívocos. Na segunda categoria, a dos conflitos políticos de dimensão científica, conflitos que são sem dúvida socialmente inevitáveis e cientificamente analisáveis, produtores cientificamente armados são levados a confrontar-se a produtores que, por razões diversas, como idade, insuficiência de formação ou desconhecimento das exigências mínimas da profissão de pesquisador, encontram-se desprovidos de instrumentos específicos de produção, mas que se descobrem estar mais próximos das expectativas profanas e mais capazes de satisfazê-las (BOURDIEU, 2002, p. 147).

Essa tensão, em nossa área, é conhecida: sabemos como diversas perspectivas mais vinculadas aos ofícios e suas ideologias, às estratégias mercadológicas e ao poder político se unem, em vários momentos, para procurar o condicionamento – criação de

obstáculos – a construção social do conhecimento, em nome do bom senso. Procura-se, através de uma normatividade jurídica, regular o campo conforme suas estratégias e regras negociadas. Nesses momentos, fica evidente a impotência seja de uma “epistemologia pura” – que se exclui da problemática política do campo – e de uma sociologia do conhecimento generosa com as soluções políticas para os conflitos epistemológicos da área. A crítica epistemológica que sugerimos, pelo contrário, procura se situar nesse entremeio, através da investigação, da análise e interpretação desses conflitos mobilizando os critérios do método como referência da cooperação científica possível e necessária a construção social do conhecimento.

A tensão entre conhecimento e obstáculos epistemológicos observada no nível macro – das disposições que configuram, em suas relações, um campo – não é antagônico com a ocorrência dessa tensão no nível individual, em que cada investigador, solitariamente, enfrenta-se, subjetivamente, com suas expectativas “mais profanas” e suas competências produzidas “segundo a lógica constitutiva da problemática e da metodologia”. Atualiza-se, nessa tensão, o velho debate entre conhecimento e ideologia, interesse e poder. Nesse sentido, a teoria dos campos mapeou, em diversas obras, pontos críticos do habitus que podem se constituir em obstáculos epistemológicos. Uma pesquisa sobre investigações em curso pode identificá-los, sem necessariamente querer ver todos em todos os indivíduos pesquisados, mas acentuar aqueles que, nos pesquisadores em estudo, são mais evidentes como obstáculos em suas investigações.

A importância dessa perspectiva crítica está vinculada a problemática de uma área com baixo grau de autonomia em decorrência dos fortes vínculos com o senso comum, com a apropriação das TICs contemporâneas, com o mercado e com o poder, de um lado, e fragilidade em suas construções metodológicas e de método, de outro. Assim, a medicina, por exemplo, também tem vínculos fortes com o mercado econômico e com o poder, mas possui regras metodológicas e de método que nem o conflito produz como resultado a negação absoluta do antagonista, mas em sua relativização, e, inclusive, o reconhecimento entre os opostos. No limite máximo de autonomia, talvez esteja a matemática, cujas regras internas são inquestionáveis, mesmo quando se trata de questionar. Na área da comunicação, pelo contrário, os questionamentos são antagônicos, e produzem batalhas e guerras internas de área extremamente

destrutivas, muitas vezes opondo os grupos que nas últimas décadas lutam pela autonomia do campo em tensão com os que, por motivos diversos, mantêm-se atrelados a lógicas do mercado, do poder e senso comum.

Seguindo nossa hipótese, essas batalhas, em termos de habitus científico se revelam na medida em que o campo tenha capacidade de superar estruturas interpretativas herdadas de outros campos científicos (isso já havíamos dito no artigo publicado no livro da Compós), mas também os esquemas e estruturas de leitura, análise e interpretação nascidas nas ideologias do mercado, do poder (e sobre isso pensamos em artigo publicado em livro por nós organizado a partir do GT de Epistemologia da Comunicação em 2007) e do senso comum (que nos chegam a partir dos jogos discursivos midiáticos onde nos encontramos com um elevado grau de proximidade).

A superação dessas estruturas interpretativas nascidas nas ideologias de diversos tipos, entretanto, não ocorre 'per si'. Ou seja, não é a argumentação em torno dessas estruturas que permite a instalação do campo científico. A discussão em torno das estruturas em si resulta em definições e agrupamentos filosóficos (construção de partidos na área, cuja produtividade científica não é a mesma do campo científico, e que, na ausência de um domínio dos instrumentos dos filósofos, nos remetem ao limpo na construção social do conhecimento requisitada dos campos científicos – nem filósofos respeitados, nem cientistas reconhecidos). A solução também não é a definição de um objeto empírico compartilhado. Essas dimensões – proposições, lógicas e fatos legítimos em debate numa área – já compõem lugares de decisão, como diz Bourdieu:

Não se decide um debate científico por um afrontamento físico, por uma decisão política ou por um voto, e a força de uma argumentação depende em grande parte, sobretudo quando o campo é fortemente internacionalizado, da conformidade das proposições ou dos procedimentos às regras de coerência lógica e de compatibilidade com os fatos (BOURDIEU, 2002, p. 146).

Esses lugares devem incluir, em nossa perspectiva, para a compreensão do caráter autônomo de um campo epistemológico, a sua competência em construir (e nisso está o caráter revolucionário do conhecimento) os seus casos de investigação, que deve situar-se no jogo entre interpretações e fatos em tensão mútua (isso é, determinadas

interpretações em tensão com outras, e determinados fatos em tensão com outros, e interpretações e fatos em tensão). Os casos são exatamente esse lugar de Carrefour entre interpretações e fatos.

Nesse sentido, o habitus científico deve se aproximar da dúvida metódica, que, em nossa perspectiva, significa o distanciamento relativamente aos esquemas e interpretações que inclusive adota e dos fatos que se parecem evidentes, incorporando-os, ao mesmo tempo, em espaços de reflexão e questionamentos. Este parece ser o caminho para sair do "afrontamento físico" através das materialidades discursivas, que, em geral, replicam os interesses em jogo. Ou seja, o habitus científico deve ser reflexivo, inclusive apropriando-se dessas materialidades, para pensar onde estamos, quem somos, para onde vamos, etc.. Este dever ser – portanto, um ideal – a superação dos habitus que, em diversas formas discursivas, incluindo, mas não só, os atos de linguagem, ou seja, enunciados mobilizados em nossos contextos sociais, que buscam formas de condicionamentos do campo científico em conformidade com os discursos sociais do mercado, do poder e do senso comum.

Ao entender que o habitus científico se afirma a partir da construção de casos (inclusive nos campos científicos normalizados), ou seja, a partir de abduções, e como, ao mesmo tempo, consideramos que os processos abduativos se constituem num método de construção social do conhecimento transversal a todos os campos discursivos e de práticas sociais (ou seja, a abdução não é uma prerrogativa do campo científico), avaliamos que nos enfrentamos com tensões críticas presentes na teoria dos campo em Bourdieu, em torno dos seguintes aspectos:

- Auto-legitimação do campo científico, produzindo um senso de elite social do conhecimento. a abdução, sendo cultural, não pertence a elites, na medida em que as operações de produção de conhecimento são transversais a sociedade.
- Senso comum que passa a ser também um lugar abduativo, embora também seja de julgamentos de distinção.
- Incorporação dos sentidos dos ofícios ao problema científico. Os ofícios se constituem num manancial de construções abduativas, apesar de também se constituem em obstáculos epistemológicos, quando são reificadas suas operações de produção.

Ou seja, se o central do habitus científico passa a ser compreendido nos processos abduativos, encontramos um liame entre o senso das comunidades, dos indivíduos, das profissões, das práticas sociais em geral, com o que pretendemos fazer no campo científico.

Exemplo: o problema, na área da comunicação, não é o habitus adquiridos em experiências profissionais (dos jornalistas, dos publicitários, etc.) buscando 'passagem' nas rearticulações institucionais na área. Numa perspectiva abduativa, esse habitus pode ser lugar de reconhecimento, legitimação, e, ao mesmo tempo, de problematização epistemológica, fonte das hipóteses de pesquisa, que se autoriza em detrimento de outros lugares, sem se reduzir a uma marca de uma origem plebéia frente às missões purificadoras do conhecimento científico. Ou seja, nossa hipótese é de que é produtivo investigar como essa dimensão – por exemplo, os ofícios - é atualizada na pesquisa que se desenvolve na área, ou seja, em que medida a ausência e presença desse contato prático com os ofícios midiáticos permite ou não a construção de objetos, hipóteses e problemas diferenciados nas investigações. Mas também é produtivo verificar como determinadas ideologias produzem obstáculos epistemológicos.

Finalmente, essa perspectiva que desenvolvemos valoriza o lugar do pesquisador, individual e psicológico. Adotamos aqui a crítica de Gaulejac (2009) a Bourdieu, e, simultaneamente, compreendemos que o lógico e semiótico é, no mínimo, observável no indivíduo psico-socio-antropológico. A hipótese aqui é de que se o pesquisador não está unidimensionalizado, ou seja, não tem os objetos sociais construídos incorporados (ideologias), terá, em método, construído um jogo de hipóteses – regras e fatos em jogos construindo casos de investigação – tensionando as próprias ideologias subjacentes, submetê-las a crítica, única forma de fazer avançar o conhecimento, e fará isso colocando suas percepções num jogo.

A apreensão desse momento do pesquisador – onde processos psicológicos, individuais, se articulam com seu percurso profissional-formativo, e com os jogos de interpretação e fatos analisados em nossa área de conhecimento -, consolidado em um discurso (hipóteses, problemas, reflexões teóricas e construção de resultados de investigação) é central para entender um campo epistemológico a partir de suas

individualidades orgânicas, e a partir daí, retornar as questões relacionadas às condições institucionais (o espaço pedagógico, as agências, as universidades, os centros formadores de investigadores, etc.) de produção do conhecimento na área, e, no retorno, avaliar inclusive como essas condições sociais de produção, consumo e circulação do conhecimento, estão incorporadas no indivíduo pesquisador.

Para que esse ir e vir entre indivíduo e marcos institucionais (em diversos níveis) não seja transformado num percurso filosófico, que não temos competência de resolver, temos optado pelo caminho metodológico para verificar, em termos de método, como os indivíduos articulam e se desarticulam nesse conjunto de condições objetivas e, no âmbito disso, produzem conhecimento (ou desconhecimentos sobre o que querem produzir).

Referencias bibliográficas

BARRENA, Sara. Peirce. **La Logica Considerada Como Semiotica**. Biblioteca Nueva. 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

ECO, Humberto & SEBEOK, Thomas. **O signo de três**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

GAULEJAC, Vicent de. La sociologia clinique entre psychanalyse et socioanalyse. In: **Sociologies.Revue scientifique internacionle**. 2008.

NINO, Douglas. **Peirce, abdução y práctica médica**. Disponível em www.unav.es/gep/AF69/AF69Ninio.pdf. 2008.

NUBIOLA, Jaime. **La abducción o lógica de la sorpresa**. http://www.cem.itesm.mx/dacs/publicaciones/logos/antiores/n21/21_jnubiola.html. 2009.

SANTAELLA, Lucia. **O método anticartesiano de C.S. Peirce**. Editora: Unesp/Fapesp, São Paulo, 2004.

WALTER-BENSE, Elisabeth. **A teoria geral dos signos**. São Paulo: Perspectiva. 2000.